

ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

Demonstrações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 30 de junho de 2019



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias	3
Demonstrações contábeis intermediárias	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias para o exercício findo em 30 de junho de 2019	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 - 13º andar
Cj 1308 - Vila do Golf, Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Administradores e Acionistas da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Lins – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Provisão para manutenção

Nota Explicativa nº 12 – Provisão para manutenção – Contrato de concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia, de acordo com os termos e condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, deve fazer intervenções para recuperação e manutenção do sistema rodoviário durante todo o período de concessão. Esses valores, poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, e o reconhecimento da provisão necessária para essas manutenções é feito à medida que os veículos utilizam a rodovia. Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria porque o cálculo dessa provisão envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do tráfego na rodovia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Diante desse contexto, nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: Avaliação das premissas e julgamentos utilizados pela Administração, memória de cálculo da provisão para manutenção, projeção de gastos realizados pela engenharia e confronto, com base em testes amostrais, das realizações ocorridas no período com as respectivas documentações suporte.

2. Adições no ativo intangível

Nota Explicativa nº 8 – Ativo intangível

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Os gastos incorridos na construção ou melhoria da infraestrutura usada para prestar um serviço público, para operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo e para obter o direito de exploração da concessão são representados contabilmente pelo ativo intangível da concessão e apresentam valores expressivos em relação ao conjunto das demonstrações financeiras da Companhia. Focamos nossos trabalhos na análise das adições do intangível, uma vez que essas adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis. Dessa forma, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, avaliamos as principais premissas e julgamentos adotados pela Administração da Companhia para a identificação, elegibilidade e registro dos gastos incorporados no ativo intangível, bem como avaliamos o desenho dos controles internos relevantes que suportam as adições registradas nas demonstrações financeiras. Ademais, com base em testes amostrais, confrontamos as adições efetuadas com as respectivas documentações suportes, bem como avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia a respeito desse assunto. Os resultados de nossos procedimentos nos demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e ao período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e ao semestre findo em 30 de junho de 2018 apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, cujo relatório, foram emitidos em 15 de março de 2019 e 10 de agosto de 2018, ambos com ênfase de continuidade operacional em decorrência do não cumprimento de cláusulas dos empréstimos e debêntures, sendo para esse semestre adequado.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as informações contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2019 não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

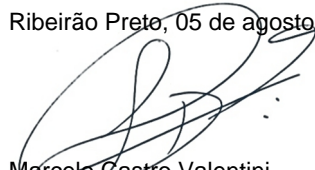
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a Administração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 05 de agosto de 2019



Marcelo Castro Valentini
CT GRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balanços patrimoniais para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro 2018

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	7.912	4.897
Aplicações financeiras	9	44.864	62.537
Contas a receber	10	12.388	9.015
Despesas pagas antecipadamente	-	714	457
Adiantamento a fornecedores	-	849	886
Partes relacionadas	11	2.197	2.138
Outros créditos	-	2.781	2.721
Total do ativo circulante		71.705	82.651
Não circulante			
Depósitos judiciais	-	1.956	1.752
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	23.704	22.977
Total do realizável a longo prazo		25.660	24.729
Imobilizado	12	4.512	4.902
Intangível	13	950.882	940.164
Total do ativo não circulante		981.054	969.795
Total do ativo		1.052.759	1.052.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balanços patrimoniais para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro 2018

(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	30/06/2019	31/12/2018
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	49.916	39.160
Debêntures	15	13.705	442.516
Fornecedores	16	62.616	61.421
Arrendamento por direito de uso	20	1.073	-
Passivo fiscal	-	3.522	3.606
Obrigações sociais	-	3.949	3.651
Provisão para manutenção	17	20.696	14.795
Outras contas a pagar	-	1.172	3.302
Total do passivo circulante		156.649	568.451
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	108.979	128.639
Debêntures	15	421.743	-
Arrendamento por direito de uso	20	1.287	-
Provisão para manutenção	17	20.614	26.522
Provisão para contingências	19	364	617
Total do passivo não circulante		552.987	155.778
Patrimônio líquido			
Capital integralizado	-	402.651	368.651
Prejuízos acumulados	-	(59.528)	(40.434)
Total do patrimônio líquido		343.123	328.217
Total do passivo		709.636	724.229
Total do passivo e patrimônio líquido		1.052.759	1.052.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receita operacional líquida	22	121.776	108.222
	-		
Custo dos serviços prestados	23	(76.875)	(75.780)
Custo de construção	23	(19.787)	(6.551)
Lucro bruto		<u>25.114</u>	<u>25.891</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(4.099)	(7.894)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>21.015</u>	<u>17.997</u>
Receita financeira	24	2.121	21.813
Despesa financeira	24	(42.958)	(36.731)
Despesas financeiras líquidas		<u>(40.837)</u>	<u>(14.918)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(19.822)</u>	<u>3.079</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	728	659
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>(19.094)</u>	<u>3.738</u>
Lucro (prejuízo) básico diluído por ação em reais	25	<u>(0,03826)</u>	<u>0,00961</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado abrangente para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período	----- (19.094)	----- 3.738
Total de resultado abrangente do período	===== (19.094)	===== 3.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital integralizado			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	389.000	(23.139)	365.861	(35.267)	330.594
Integralização de capital conforme AGE em 04 julho de 2018	-	4.790	4.790	-	4.790
Lucro líquido do período	-	-	-	3.738	3.738
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>389.000</u>	<u>(18.349)</u>	<u>370.651</u>	<u>(31.529)</u>	<u>339.122</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	389.000	(20.349)	368.651	(40.434)	328.217
Aumento de capital social a integralizar conforme AGE em 08 de maio de 2019	110.000	(110.000)	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE em 08 de maio de 2019	-	34.000	34.000	-	34.000
Prejuízo do período	-	-	-	(19.094)	(19.094)
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>499.000</u>	<u>(96.349)</u>	<u>402.651</u>	<u>(59.528)</u>	<u>343.123</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(19.094)	3.738
Ajustes para:		
Depreciação	717	975
Amortização	12.157	41.398
Baixa do intangível	63	-
Baixa do ativo imobilizado líquida	28	2
Provisão para manutenção	38.561	7.856
Provisão para contingências	(253)	(249)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	53.744	33.682
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(728)	(659)
	85.195	86.743
(Aumento) redução no ativo:		
Contas a receber	(3.373)	3.249
Despesas pagas antecipadamente	(257)	(898)
Outros créditos	(227)	(36.360)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	3.555	5.813
Passivo fiscal corrente	(84)	82
Obrigações sociais	298	617
Contas a pagar	(2.130)	813
Consumo de provisão para manutenção	(38.568)	(13.225)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-
Juros pagos	(42.718)	(43.492)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.691</u>	<u>3.342</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(74.078)	(45.035)
Resgate das aplicações	91.751	79.523
Aquisição de imobilizado	(355)	(1.052)
Adição ao intangível	(22.938)	(6.035)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(5.620)</u>	<u>27.401</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	(59)	3.843
Aumento de capital em dinheiro	34.000	4.790
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(26.998)	(38.901)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	<u>6.943</u>	<u>(30.268)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>3.015</u>	<u>475</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.897	1.471
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de Junho	<u>7.912</u>	<u>1.946</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receitas operacionais	131.099	116.844
Serviços prestados	96.939	95.999
Receita de construção	19.787	6.551
Outras receitas	14.373	14.294
Insumos adquiridos de terceiros	(78.066)	(35.846)
Custos serviços prestados	(12.966)	(14.601)
Custo de construção	(19.787)	(6.551)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(45.313)	(14.694)
Valor adicionado bruto	53.033	80.998
Depreciação de imobilizado	(717)	(975)
Amortização de intangível	(12.157)	(41.398)
Valor adicionado líquido produzido	40.159	38.625
Receitas financeiras	2.121	21.813
Valor adicionado total a distribuir	<u>42.280</u>	<u>60.438</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	8.593	9.694
Remuneração direta	6.025	7.279
Benefícios	2.070	1.892
FGTS	478	500
Outros	20	23
Impostos, taxas e contribuições	9.872	9.553
Federais	4.499	4.852
Estaduais	105	84
Municipais	5.268	4.617
Remuneração de capitais de terceiros	42.909	37.453
Juros	42.958	36.731
Aluguéis	(49)	722
Remunerações de capitais próprios	(19.094)	3.738
Lucro líquido (prejuízo) do período	(19.094)	3.738
Total distribuição valor adicionado	<u>42.280</u>	<u>60.438</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2019 (em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da Concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013;
- Realização de investimentos na rodovia.

Plano estratégico

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 14, durante o 1º trimestre, a Administração da Companhia concluiu as negociações junto aos credores e os aditamentos para formalização das alterações nas cláusulas de *covenants* financeiros enquadrando a Companhia dentro do novo contexto da economia brasileira. As informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

Se demonstram eficientes os planos da Administração que visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios, visto que no primeiro semestre de 2019, alcançamos R\$ 72.225 de EBITDA (baseado na metodologia de cálculo definido em contrato com o BNDES), contra R\$ 67.979 para o mesmo período de 2018. A Administração permanece em busca da contínua eficiência operacional e conseqüentemente redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas. Com relação ao CCL negativo, as melhorias conquistadas pela Companhia, apontadas neste plano estratégico, indicam que o caixa operacional será suficiente para liquidar os compromissos de curto prazo.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 05 de agosto de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 13** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 18** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 17** – Provisão para manutenção;
- **Nota Explicativa nº 19** – Provisão para contingência.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- Nota Explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** custo amortizado; **(ii)** valor justo por meio do resultado; e **(iii)** valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte.

b) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

d) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessária atualizada, pelo prazo da concessão.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	5 anos
-----------	--------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; **(ii)** novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e **(iii)** flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(i) Provisão de manutenção – contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

h) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

i) Receita operacional

(i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

j) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

m) Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

n) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia na adoção do CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros e o CPC 47/ IFRS 15 – receita de contratos com clientes, a partir de 1^o de janeiro de 2018, não identificou impactos materiais que possam impactar de forma relevante as suas demonstrações contábeis a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Uma avaliação mais detalhada das alterações de prática decorrente destas normas está resumida a seguir:

IFRS 15/CPC 47 – Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15/CPC 47 substitui as normas anteriores para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30/IAS 18 – receitas, CPC 17/ IAS 11 – Contratos de construção e a CPC 30/IFRIC 13 – Programas de fidelidade com o cliente.

Na adoção, a Companhia não identificou impactos significativos em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01/IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A partir de 1º de janeiro de 2018, a classificação pode ser da seguinte forma:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- Valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como “custo amortizado” (demais ativos financeiros).

As receitas com juros provenientes dos ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017.

7.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis para adoção

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. Em 21 de dezembro de 2017, a CVM, através da Deliberação nº 787/17, aprovou o CPC 06 (R2) que equivale a IFRS em questão. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para os contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor, esses contratos são de determinados equipamentos de escritório (como *notebooks*, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

A Companhia aplicou a IFRS 16 utilizando abordagem retrospectiva e o expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamento na data de transição. Portanto, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

O impacto da adoção inicial da IFRS 16, no 2T19, está demonstrado a seguir:

	Ativo (Nota nº 13)	Passivo (Nota nº 20)	Despesas
Adoção inicial	2.902	2.902	-
Adição	-	-	-
Pagamento	-	(690)	-
Amortização	(606)	-	606
Juros	-	148	148
Saldo em 30 de junho de 2019	2.296	2.360	754

Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

Em dezembro de 2018, a CVM, através da Deliberação nº 804/18, aprovou a ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que equivale à IFRIC em questão. A Interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente:

- Se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente;

- As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia realizou uma análise do IFRIC 23 e não identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2019	31/12/2018
Bancos	7.828	4.764
Fundo de troco/numerários trânsito	84	133
	7.912	4.897

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 21.

9. Aplicações financeiras

	30/06/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras	44.864	62.537

Aplicação financeira em certificado de depósito bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, veja maiores detalhes nas Notas Explicativas nº 14 e nº 15.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

10. Contas a receber

	30/06/2019	31/12/2018
Pedágio eletrônico	10.665	6.267
Visa - vale-pedágio	246	198
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	906	1.344
DBTrans S/A	257	225
Outros	314	981
	12.388	9.015

Idade de vencimento dos títulos	30/06/2019	31/12/2018
Créditos a vencer até 30 dias	12.011	7.767
Créditos a vencer até 60 dias	63	267
	12.074	8.034

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11. Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos semestres findos em de 30 de junho de 2019 e 2018:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Diretores estatutários	21	23

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Saldos patrimoniais

	Notas	Saldo em aberto em	
		30/06/2019	31/12/2018
Ativo			
Adiantamentos a fornecedores			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	1.202	1.154
BRVias S.A.	(v)	995	984
Total outros créditos		2.197	2.138
Passivo			
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(377)	(484)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	(968)	(418)
Noroestecom Telecomunicações S.A.	(vi)	(5)	(5)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(iv)	(2)	(9)
Total fornecedores (Nota Explicativa nº 16)		(1.350)	(916)
Total do passivo		845	1.222

b. Transações que afetaram o resultado

	Notas	Valor da transação no resultado	
		30/06/2019	31/12/2018
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(791)	(2.166)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	(2.353)	(2.277)
BRVias S.A.	(v)	(1.637)	(3.545)
Noroestecom Telecomunicações S/A	(vi)	(63)	-
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(iv)	(64)	(4.122)
Total fornecedores		(4.908)	(12.110)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;

- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;
- (vi) Outros serviços diversos;

12. Imobilizado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.375	5.065	1.923	2.020	13.383
Adições	169	893	89	1.453	2.604
Baixas	(1)	-	(5)	(1.453)	(1.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.543	5.958	2.007	2.020	14.528
Adições	26	311	18	-	355
Baixas	(10)	-	-	(18)	(28)
Saldo em 30 de junho de 2019	4.559	6.269	2.025	2.002	14.855
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(2.869)	(2.907)	(1.030)	(994)	(7.800)
Depreciação no exercício	(594)	(435)	(197)	(600)	(1.826)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.463)	(3.342)	(1.227)	(1.594)	(9.626)
Depreciação no período	(252)	(252)	(101)	(112)	(717)
Saldo em 30 de junho de 2019	(3.715)	(3.594)	(1.328)	(1.706)	(10.043)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2018	1.080	2.616	780	426	4.902
Em 30 de junho de 2019	844	2.675	697	296	4.512

13. Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	35.120	465.419	8.080	413.597	163.562	3.289	-	1.089.067
Aquisições e construções	-	4.338	26	-	13.142	12	-	17.518
Saldo em 31 de dezembro de 2018	35.120	469.757	8.106	413.597	176.704	3.301	-	1.106.585
Aquisições e construções	51	5.354	11	-	14.434	186	2.902	22.938
Baixas	-	(5)	-	-	(58)	-	-	(63)
Saldo em 30 de junho de 2019	35.171	475.106	8.117	413.597	191.080	3.487	2.902	1.129.460
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(9.658)	(41.485)	(1.945)	(63.984)	(13.827)	(1.085)	-	(131.984)
Amortização do exercício	(1.110)	(14.717)	(256)	(13.079)	(5.172)	(104)	-	(34.438)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.768)	(56.202)	(2.201)	(77.063)	(18.999)	(1.189)	-	(166.421)
Amortização do período	(366)	(4.904)	(85)	(4.318)	(1.844)	(34)	(606)	(12.157)
Saldo em 30 de junho de 2019	(11.134)	(61.106)	(2.286)	(81.380)	(20.843)	(1.223)	(606)	(178.578)
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2018	25.352	413.555	5.905	336.534	157.705	2.112	-	940.164
Em 30 de junho de 2019	24.037	414.000	5.831	332.217	170.237	2.264	2.296	950.882

Arrendamento mercantil

Os valores contábeis líquidos, do ativo intangível, por categoria de ativo, adquiridos e registrados por meio de arrendamento em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, e com contrapartida no passivo, conforme nota explicativa 15, são como segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Direito de uso	2.902	-
	2.902	-

Os direitos de uso são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos.

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

14. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	30/06/2019	31/12/2018
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	285	370
Finem-BNDES (ii)	2,41%	TJLP	2025	84.977	99.580
Finem-BNDES (ii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	42.561	49.875
CCB	5,80%	CDI	2020	29.997	16.571
Leasing	11,62% a 15,50%	-	2017 - 2022	1.075	1.403
				158.895	167.799
Passivo circulante				49.916	39.160
Passivo não circulante				108.979	128.639

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;

Composição por vencimento:

	30/06/2019	31/12/2018
Vencimento em		
2.020	58.012	41.121
2.021	29.974	38.819
2.022	20.993	48.699
	108.979	128.639

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	30/06/2019	31/12/2018
Saldos iniciais	167.799	205.830
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(24.741)	(40.950)
Pagamentos de juros	(8.685)	(15.950)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(33.426)	(56.900)
Outras variações		
Novas captações	-	-
Despesas de juros	24.522	18.869
Total de outras variações	24.522	18.869
Saldos finais	158.895	167.799

- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Deste montante, até 30 de junho de 2019, foram liberados R\$ 274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 41.923 será liberado, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 09 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios;
- Cessão do crédito de contas vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária;
- Aval da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.;
- As garantias reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª emissão de debêntures, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 889 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do período de 6 meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$ 130. Em 30 de junho de 2019, o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 628.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000 (valor atualizado anualmente no dia 31 de janeiro de cada ano pelo IPCA anterior), com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - § Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;
 - § Índice de Cobertura da Dívida (ICSD) superior a 1,2;
 - § Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,0 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 4,0 a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, conforme obrigações contratuais, sendo para o período findo em junho de 2019, os índices estão de acordo com o contrato. A Companhia atingiu o índice de dívida líquida/Ebitda de 3,84, ICSD de 1,76 e PL/AT de 32,6%.

15. Debêntures

Tipo de operação	Valor da emissão	Data liberação	Vencimento	Taxa de juros a.a.	30/06/2019	31/12/2018
Debêntures	300.000	04/06/2012	04/06/2027	8,15% a.a. + IPCA	435.448	442.516
Circulante					13.705	442.516
Não circulante					421.743	-

Composição por vencimento:

	30/06/2019	31/12/2018
Vencimento em		
2020	11.245	-
2021	13.499	-
2022	396.999	-
	421.743	-

Movimentação das debêntures:

	30/06/2019	31/12/2018
Saldos iniciais	442.516	440.079
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento do principal	(2.257)	(12.871)
Pagamentos de juros	(34.033)	(32.677)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(36.290)	(45.548)
Outras variações		
Despesas de juros	29.222	47.985
Total de outras variações	29.222	47.985
Saldos finais	435.448	442.516

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027.

Em 15 de abril de 2019, mediante deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, a Companhia obteve aprovação para alteração de algumas condições da Escritura de emissão de debêntures, principalmente, as curvas de pagamento e de *covenants* e também a anuência para o descumprimento de *covenants*.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 8,15% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios;
- Cessão do crédito de contas vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo poder concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela concessionária;
- Fiança da Comporte Participações S.A., Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., Breda Transportes e Serviços S.A. e Calas Participações S.A. a partir de 30 de junho de 2014, da BRVias Holding VRD S.A.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com o contrato de financiamento do BNDES da modalidade FINEM, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices financeiros;
- Índice de cobertura da dívida ICSD superior a 1,3;
- Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado; menor ou igual a 5,1, até dezembro de 2014; menor ou igual a 4,5, até dezembro de 2015; menor ou igual a 3,5, até dezembro de 2017; menor ou igual a 6,0, até dezembro de 2018; menor ou igual a 5,3 até dezembro de 2019; menor ou igual a 4,7 até dezembro de 2020; menor ou igual a 4,6 até dezembro de 2021; menor ou igual a 4,0 até dezembro de 2022; menor ou igual a 3,5 até dezembro de 2023; menor ou igual a 3,0 até dezembro de 2024; menor ou igual a 2,5 até dezembro de 2025; e menor ou igual a 2,0 até dezembro de 2026;
- Manter o índice “dívida líquida/patrimônio líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%.

Manter o índice “EBITDA/despesas financeira” anualizado maior ou igual 1,5, até dezembro de 2016; maior ou igual a 2,0, até dezembro de 2017; maior ou igual a 1,5, até dezembro de 2021; maior ou igual a 1,7, até dezembro de 2022; maior ou igual a 1,9, até dezembro de 2023; maior ou igual a 2,5, a partir de dezembro de 2024. Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 1.182 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do exercício findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$ 75. O montante a apropriar no resultado futuro em 30 de junho de 2019 é de R\$ 1.034.

16. Fornecedores

	30/06/2019	31/12/2018
Fornecedores diversos	49.527	43.377
Medições a pagar	1.892	4.785
Retenções (i)	11.197	13.259
Total	62.616	61.421

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

	30/06/2019	31/12/2018
A vencer		
De 1 a 30 dias	15.068	13.614
De 31 a 60 dias	2.986	2.764
De 61 a 90 dias	4.951	1.457
De 91 a 180 dias	16.720	2
De 181 a 360 dias	550	5.436
	40.275	23.273
Vencidas		
Até 30 dias	3.018	13.163
De 31 a 60 dias	4.141	2.623
De 61 a 90 dias	135	25
De 91 a 180 dias	374	636
A mais de 360 dias	1.583	1.480
	9.252	20.101
	49.527	43.374

17. Provisão para manutenção – Contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

	30/06/2019	31/12/2018
Passivo circulante	20.696	14.795
Passivo não circulante	20.614	26.522
Total	41.310	41.317

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2018	45.493
Realização por consumo	(64.265)
Adições	60.089
Em 31 de dezembro de 2018	41.317
Realização por consumo	(38.568)
Adições	38.561
Em 30 de junho de 2019	41.310

18. Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 30 de junho de 2019 e de 2018 a Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	30/06/2019	31/12/2018
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	36.308	36.308
Provisão para manutenção	14.045	14.049
Outras provisões temporárias	281	210
	50.634	50.567
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.853)	(1.773)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(25.077)	(25.817)
	(26.930)	(27.590)
	23.704	22.977

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 30 de junho de 2019	Saldo em 31 de dezembro de 2018	30/06/2019	30/06/2018
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	36.308	36.308	-	565
Provisão para manutenção	14.045	14.049	(3)	252
Outras provisões temporárias	281	210	71	(316)
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	(501)
	50.634	50.566	68	-
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.853)	(1.773)	(80)	-
Intangíveis - Efeito temporário	(25.077)	(25.817)	740	659
	(26.930)	(27.590)	660	659
	23.704	22.977	728	659

a. Créditos tributários

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	30/06/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	124.432	106.788

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prever que a utilização desses se dará até o exercício de 2023.

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(19.822)	3.079
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	6.739	(1.047)
(-) Adições permanentes	(660)	(669)
(+) Exclusão permanente	40	4.681
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	-	-
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	-	(3.431)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	728	659
	4%	21%

19. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de junho de 2019, está provisionado o montante de R\$364 (R\$ 617 em 31 de dezembro de 2018), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2018	539	78	617
Provisão (reversão de provisão)	(228)	(25)	(253)
Saldo final	311	53	364

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 9.180 em 30 de junho de 2019 (R\$ 7.879 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 26) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	30/06/2019		31/12/2018	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	56	5.436	64	3.847
Trabalhistas	91	3.744	100	4.032
Total	147	9.180	164	7.879

20. Arrendamento por direito de uso

	30/06/2019	31/12/2018
Outros passivos circulantes	1.073	-
Total dos outros passivos circulantes	1.073	
Outros passivos não circulantes	1.287	-
Total dos outros passivos não circulantes	1.287	

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 499.000.000, sendo já integralizados R\$ 402.651 e a integralizar R\$ 96.349, e está representado por 249.500.000 de ações ordinárias e 249.500.000 de ações preferenciais.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 14, por conta do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao dividendo mínimo obrigatório.

22. Receita operacional líquida

A seguir, a composição da receita operacional líquida:

	30/06/2019	30/06/2018
Receita de pedágios	96.939	95.999
Receitas acessórias	14.309	14.294
Receita de construção	19.787	6.551
Outras receitas	64	-
Tributos incidentes	(9.323)	(8.622)
Total	121.776	108.222

23. Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	30/06/2019	30/06/2018
Serviços de terceiros	(12.966)	(14.601)
Com pessoal	(9.765)	(11.199)
Amortização e depreciação	(12.874)	(42.374)
Constituição de provisão para manutenção	(38.897)	(7.324)
Custo de contrato concessão	(4.185)	(5.231)
Outros	(2.287)	(2.945)
Total	(80.974)	(83.674)
Custo dos serviços prestados	(76.875)	(75.780)
Despesas administrativas e gerais (i)	(4.099)	(7.894)
Custo de construção	(19.787)	(6.551)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

24. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 foram:

	30/06/2019	30/06/2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.381	21.813
Outras receitas financeiras	(*) 740	-
Total das receitas financeiras	2.121	21.813
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(36.399)	(32.623)
Outras despesas financeiras	(6.559)	(4.108)
Total das despesas financeiras	(42.958)	(36.731)
Resultado financeiro líquido	(40.837)	(14.918)

A Companhia registrou uma receita extraordinária, sendo R\$ 14.204 como receita acessória e R\$ 740 (*) como juros e correção monetária, decorrente do encerramento do processo junto à empresa de telefonia que resultou em um acordo sobre a regularização da passagem de fibra ótica na faixa de domínio da Companhia.

25. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

Período	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação básico e diluído - r\$ - expresso em reais
Semestre 2019	(28.794)	499.000.000	0,03826
Semestre 2018	3.738	389.000.000	0,00961

26. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Notas	Custo Amortizado	
		30/06/2019	31/12/2018
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	7.912	4.897
Aplicação financeira	9	44.864	62.537
Contas a receber de clientes	10	12.388	9.015
Outros créditos	-	2.781	2.721
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	14	158.895	167.799
Debêntures	15	435.448	442.516
Fornecedores	16	62.616	61.421

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de junho de 2019.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 30/06/2019	Contábil	Fluxo contratual	2019	2020	Acima de 2021
Empréstimos e financiamentos	158.791	194.484	27.813	67.876	100.795
Debêntures	435.474	685.492	36.141	48.055	601.296
Fornecedores	62.616	62.616	62.616	-	-
	676.076	944.592	126.569	115.932	702.091
Em 31/12/2018					
Empréstimos e financiamentos	167.799	198.623	54.221	44.812	99.590
Debêntures	442.516	627.160	54.822	59.146	513.913
Fornecedores	61.421	61.421	61.421	-	-
	671.736	887.205	170.464	103.958	613.503

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de junho de 2019 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Perfil

Na data das informações do período, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, CDI e TJLP, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

		Valor contábil	
		30/06/2019	31/12/2018
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		1.256	1.773
Instrumentos de taxa variável			
	Risco	30/06/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	CDI	29.997	16.571
Empréstimos e financiamentos	TJLP	84.977	99.580
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	42.561	49.875
Debêntures	IPCA	435.474	442.516

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA e TJLP.

(v) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo Bacen – Relatório Focus e a TJLP obtida no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), ambas em 30 de junho de 2019.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA e TJLP é apresentada na tabela a seguir:

(vii) Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – Depreciação das taxas

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 30 de junho de 2019.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Instrumentos	Exposição 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	84.977	Aumento TJLP	7,00%	(5.948)	8,75%	(7.435)	10,50%	(8.923)
Empréstimos e financiamentos	42.561	Aumento UMIPCA	1,90%	(809)	2,38%	(1.011)	2,85%	(1.213)
Capital de giro	29.997	Aumento CDI	10,25%	(3.075)	12,81%	(3.843)	15,38%	(4.612)
Debêntures	435.474	Aumento IPCA	3,60%	(15.677)	4,50%	(19.596)	5,40%	(23.516)
Total dos passivos financeiros	593.009			(25.509)		(31.886)		(38.263)
Impacto no resultado do período apresentado						(6.377)	(12.754)	

Instrumentos	Exposição 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	84.977	Aumento TJLP	7,00%	5.948	5,25%	4.461	3,50%	2.974
Empréstimos e financiamentos	42.561	Aumento UMIPCA	1,90%	809	1,43%	606	0,95%	404
Capital de giro	29.997	Aumento CDI	10,25%	3.075	7,69%	2.306	5,13%	1.537
Debêntures	435.474	Aumento IPCA	3,60%	15.677	2,70%	11.758	1,80%	7.839
Total dos passivos financeiros	593.009			25.509		19.132		12.754
Impacto no resultado do período apresentado						6.377	12.754	

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2018 a ago/2019	78.846
Garantia ampliação	Mai/2018 a ago/2019	130.585
Operacionais	Mai/2019 a mai/2020	267.000
Responsabilidade civil	Mai/2019 a mai/2020	35.900
Engenharia	Mai/2019 a mai/2020	12.320

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

28. Benefícios a empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

29. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 26.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

30. Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Entretanto, em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão.

Esse montante a realizar em 30 de junho de 2019 totaliza R\$ 756.184, valor nominal.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais.

31. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findos em 30 de junho de 2019 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 22.938, dos quais R\$ 1.982 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado – fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

* * *

Diretoria

Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva
Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes
Diretor de Relações com Investidores

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi

Paulo Sergio Coelho

Ricardo Constantino

Ricardo de Souza Adenes

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador – CRC/SP nº 1SP236252/O-0